

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014

OS DESAFIOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO GOLFO DO MÉXICO

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 155 • 09 de fevereiro de 2022

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Plataforma no Golfo do México](#)

Por: Deepwater Horizon Response

Fonte: Flickr

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/
RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR EXECUTIVO

Capitão-Tenente Bruno de Seixas Carvalho (University of Birmingham)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

TRADUÇÃO E REVISÃO

Rodrigo Oliveira Dutra Marcílio (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)
Vivian de Mattos Marciano (EGN)

AMÉRICA DO SUL

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)
Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (EGN)
José Martins Rodrigues Junior (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Souza Galves Mendes (EGN)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Jéssica Pires Barbosa Barreto (EGN)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Pedro Allemand Mancebo Silva (PUC-Rio)
Raphaella da Silva Dias Costa (UFRJ)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Thaïs Abygaëlle Dedeo (Université Paris 3)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (IBMEC)
Luís Filipe de Souza Porto (UFRJ)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Cláudia Menezes Leal Nunes (USP)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFRJ)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Adel Bakkour (UFRJ)
Amanda Neves Leal Marini (UFF)
Dominique Marques de Souza (UFRJ)
Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Vitor Ferreira Lengruber (UCP)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (UFRJ)
Marina Soares Corrêa (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (EGN)
Bruno Gonçalves (UFRJ)
Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ)



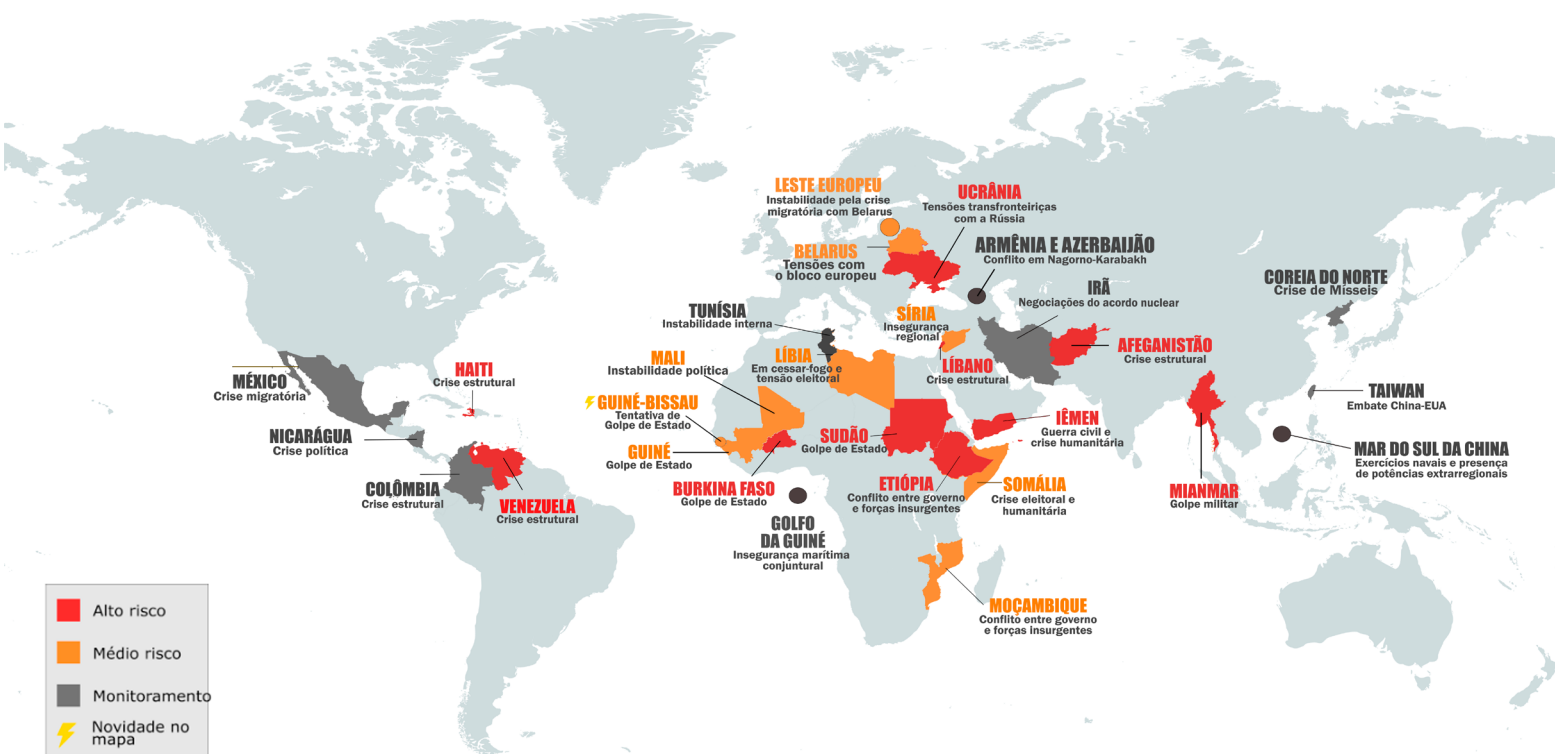
ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
Vazamento de petróleo no litoral peruano deflagra crise ambiental.....	6	2022 e a volta dos mísseis norte-coreanos	12
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		SUL DA ÁSIA	
Os desafios da exploração de petróleo no Golfo do México	7	Perspectivas para o novo orçamento de defesa indiano.....	13
Segurança cibernética em estruturas críticas nos Estados Unidos	8	Paquistão e a primeira Política de Segurança Nacional: o que muda em sua perspectiva geopolítica?	14
ÁFRICA SUBSAARIANA		SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
Sudão: a atração do “modelo egípcio” e suas implicações regionais	8	Um ano do golpe em Mianmar: a saída de petrolíferas estrangeiras	14
EUROPA		Obras na base naval cambojana avançam e relações com ASEAN se dificultam	15
O acesso de Londres ao Acordo Transpacífico como parte de sua estratégia política	9	ÁRTICO & ANTÁRTICA	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		Os 40 anos do PROANTAR e sua importância para a construção do Brasil como um país polar	16
Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos e a perda da importância relativa do petróleo.....	10	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....	18
RÚSSIA & Ex-URSS		Calendário Geocorrente.....	18
Bulgária e Romênia: provedores da segurança do Mar Negro?	11	Referências.....	19
		Mapa de Riscos.....	20

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Isadora Novaes e Vitória França



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "Our World in Data", publicado no dia 08 de fevereiro de 2022.

Por: Iasmin Gabriele e Victor Cabral



ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

Países	Total de doses aplicadas		População imunizada (%)*	Vacinas
	milhões	por 100 pessoas		
China	3.005	215	88%	●●●●●●●●
Índia	1.696	124	53%	●●●●●●●●
EUA	542	163	64%	●●●●●●●●
Brasil	369.5	175	71%	●●●●●●●●
Indonésia	323.3	119	48%	●●●●●●●●
Japão	208.8	165	79%	●●●●●●●●
Paquistão	186	86	40%	●●●●●●●●
Vietnã	181.6	188	75%	●●●●●●●●
México	169.6	133	61%	●●●●●●●●
Alemanha	166.4	200	74%	●●●●●●●●

*Percentual da população totalmente imunizada

CanSino	●	Sinopharm/Beijing	●
Covaxin	●	Sinopharm/Wuhan	●
Johnson&Johnson	●	Sinovac	●
Moderna	●	Sputnik V	●
Oxford/Astrazeneca	●	ZF2001	●
Pfizer/BioNTech	●	EpiVacCorona	●

Fontes: Our world in data; The New York Times

Vazamento de petróleo no litoral peruano deflagra crise ambiental

Guilherme Novaes

O derramamento de 10.900 barris de petróleo na costa peruana causou danos ambientais à fauna e à flora marinhas, a perda do trabalho e meio de subsistência de pescadores, além de prejudicar diversas atividades de turismo, serviços e vendas. O “maior desastre ecológico vivido pelo Peru nos últimos anos”, de acordo com o Presidente Pedro Castillo, aconteceu em 15 de janeiro de 2022, como consequência do tsunami oriundo da erupção do vulcão em Tonga, na Oceania. As ondas atingiram a costa peruana durante o descarregamento de um navio na refinaria *La Pampilla*, propriedade da empresa espanhola *Repsol*. Diante do cenário do incidente ambiental, quais seus desdobramentos para a estabilidade política peruana?

A *Repsol* minimiza sua responsabilidade no evento, alegando que recebeu “sinal verde” da Marinha do Peru para continuar o descarregamento após questionar sobre o risco de tsunami. A multinacional tem fornecido alimentação para famílias afetadas e contratou trabalhadores para limpar o litoral, atividade que conta ainda com militares e voluntários. O dano, entretanto, é considerado irreparável por entidades ambientais, com o vazamento tendo se estendido por quase 140 km ao norte da costa, atingindo duas reservas naturais e matando diversas espécies marinhas. Como consequência, uma decisão do Judiciário peruano proibiu a saída do país

de quatro diretores da *Repsol* enquanto durarem as investigações.

A apuração pretende comprovar o que aparenta ter sido um descaso da companhia para com a preservação ambiental, acusação feita durante protestos organizados pela população peruana. Enquanto isso, a insegurança energética pode ser outra consequência, visto que *La Pampilla* refina mais da metade do petróleo extraído no país e a *Repsol*, que responde por 12% da produção peruana, foi ordenada pela Justiça a interromper suas atividades até que comprove ter capacidade técnica em prevenir novos acidentes e remediar o ocorrido. Essa desestruturação do abastecimento energético pode causar dificuldades financeiras ou até crises sociais e políticas para o país.

O incidente também suscitou debates sobre a estrutura econômica peruana, marcada pela exportação de *commodities* e pelos efeitos das privatizações de setores estratégicos nacionais no governo de Alberto Fujimori, nos anos 1990. O governo Castillo, que já planejava alterar determinadas estruturas, pode encontrar na opinião pública uma aliada nesse momento para promover reformas. Para além dos efeitos ambientais, as consequências do acidente podem atingir campos sociais e políticos.



DOI 10.21544/2446-7014.n155.p06.

Os desafios da exploração de petróleo no Golfo do México

Taynah Pires Ferreira

Em janeiro de 2022, a Justiça Federal dos Estados Unidos da América (EUA) anulou a transação comercial de venda de concessões para a exploração de petróleo e gás no Golfo do México. Tal decisão representou um considerável impacto ao país, dada a importância econômica e energética da exploração *offshore*. A paralisação ocorreu devido às contestações apresentadas por ativistas ambientais sobre os possíveis riscos da exploração para o meio ambiente. Além de tais riscos ambientais, outro desafio corrente é a insegurança marítima proveniente do roubo armado e da ação dos *huachicoleros* marítimos (ladrões de petróleo puro ou refinado). Tendo em vista as adversidades apresentadas, quais as dificuldades da exploração petrolífera no Golfo do México?

O uso de petróleo e gás natural como as principais fontes energéticas pelos EUA explica a presença de petroleiras estadunidenses na região do Golfo do México. Conforme a Administração de Informação de Energia do governo, a produção de petróleo *offshore* na região representa 15% do petróleo bruto do país e nela se localiza 47% da capacidade estadunidense de refino do combustível. Contudo, a exploração de petróleo representa um grande risco ambiental, dado que se trata de uma fonte energética não-renovável, além de contribuir para a intensificação do aquecimento global e liberação dos gases de efeito estufa, além de estar sujeita

aos riscos de acidentes e vazamentos no mar, como o caso da *Deepwater Horizon*, em 2010.

Outrossim, a presença de criminosos armados caracteriza uma ameaça à segurança da região, devido aos ataques às plataformas petrolíferas, como ocorreu no início de janeiro, quando uma plataforma da *Pemex* (estatal mexicana) teve mais de US\$ 50 mil em equipamentos roubados. Além dos casos de roubo armado, os *huachicoleros* marítimos também atuam na região, subtraindo combustíveis para revenda. A atividade desses grupos no Golfo do México possui motivações predominantemente financeiras e produz efeitos econômicos e ambientais negativos para a região. Em virtude do roubo de combustíveis e equipamentos, as plataformas *offshore* sofrem desmantelamento de sua infraestrutura e as empresas deixam de gerar lucros, repassando os prejuízos financeiros para os consumidores finais.

Em síntese, a exploração petrolífera no Golfo México representa sérios riscos para o meio ambiente. Assim como a atuação de grupos armados simbolizam uma ameaça econômica à indústria de petróleo. Desta forma, os países envolvidos na exploração local devem pensar em estratégias e políticas públicas que garantam a segurança marítima da região, das plataformas de petróleo e a preservação ambiental no Golfo do México.



Fonte: Angolfo

DOI 10.21544/2446-7014.n155.p07.

No mundo globalizado, a segurança nacional dos países enfrenta novas vulnerabilidades com o avanço da digitalização. Sistemas de energia, telecomunicações, água e transporte, por exemplo, requerem aumento de recursos para segurança cibernética. O *Water Sector Action Plan* do governo Joe Biden, anunciado em 27 de janeiro de 2022, para reforçar a segurança a ataques cibernéticos do sistema de água estadunidense faz parte dessa conjuntura. Dessa maneira, como a segurança dos Estados Unidos está sendo afetada pelas vulnerabilidades cibernéticas de seus sistemas críticos?

O fornecimento de água é considerado uma função nacional essencial, afetando diretamente a segurança, economia e saúde pública do país. Segundo a Agência de Segurança Cibernética e Infraestrutura estadunidense, os sistemas de água, imersos na digitalização e automatização, são responsáveis por mais de 80% da água potável da população. Ainda, sujeitam-se às vulnerabilidades de ataques físicos, como liberação de químicos tóxicos, e de ataques cibernéticos. Mesmo assim, o sistema estadunidense sofre com a falta de recursos em governos estaduais, o que dificulta o uso de sistemas de defesa cibernética. Esse foi o caso dos ataques ocorridos ao sistema de água de Oldsmar, na Flórida, e ao oleoduto *Colonial Pipelines* ([Boletim 139](#)).

A segurança cibernética tem sido foco das políticas

de Biden. A segurança hídrica faz parte dos planos de infraestrutura, com investimento de US\$ 11 bilhões, no *Jobs Plan*. O conjunto de medidas adotado por Washington para o abastecimento de água é uma extensão dessas políticas a estruturas críticas de caráter preventivo e reativo em um setor de autoridade limitada. O plano de ação será coordenado com a Agência de Proteção Ambiental dos EUA, o Conselho de Coordenação do Setor Hídrico e o Departamento de Segurança Doméstica. Ainda, inclui a coordenação de políticas às ameaças cibernéticas com o G7 e a OTAN. O foco da ação conjunta é a detecção precoce desses riscos, melhorando a resposta, padronizando requisitos de serviço em nuvem e removendo barreiras de compartilhamento desses dados com o sistema de informações federal.

A digitalização de estruturas críticas implica, portanto, no investimento em segurança cibernética. Dessa forma, as vulnerabilidades desses sistemas a ameaças cibernéticas continuarão a ser questões de estratégias de segurança nacional. As medidas colaborativas entre Governo Federal e agências privadas nos EUA reforçam o tratamento urgente da questão. O investimento do escopo de atuação e resposta dos Estados a essas crescentes ameaças será vital para a sobrevivência nessa nova dimensão da segurança.

DOI 10.21544/2446-7014.n155.p08.

ÁFRICA SUBSAARIANA

Sudão: a atração do “modelo egípcio” e suas implicações regionais

Franco Alencastro

A crise política do Sudão ganhou um novo capítulo na primeira semana de janeiro de 2022, com a renúncia do Primeiro-ministro Abdalla Hamdok, no dia 3. A saída de Hamdok se dá em um contexto de relacionamento tenso entre o chefe civil do governo transitório e seu equivalente militar, o General Al-Burhan. Este último protagonizou um golpe de Estado em outubro de 2021, mas foi forçado a recuar após reações negativas da comunidade internacional. Este quadro de instabilidade tende a agravar outras crises regionais, como o conflito da Etiópia, e acentuar o alinhamento entre o Sudão e o Egito.

O Sudão vive uma situação de instabilidade política desde 2019, quando manifestações populares levaram à erosão do regime de Omar Al-Bashir, seguido de um golpe militar. Desde então, a transição vem sendo negociada entre a oposição e as Forças Armadas (FA) que garantiam a sustentação do regime anterior. A manutenção dos

privilégios econômicos das FA – detentoras de mais de 250 empresas em diversos setores econômicos – tem se revelado um ponto sensível nessas negociações. Alguns analistas veem no gesto do Primeiro-Ministro Hamdok uma manobra para angariar apoio popular e conseguir uma melhor posição nas negociações com as FA, mas o balanço dessa estratégia ainda não está claro.

Caso os militares e especialmente o General Al-Burhan consigam se consolidar no poder nos próximos anos, o modelo para o país provavelmente será o Egito, no qual as FA também tomaram a dianteira do governo após o período de instabilidade resultante da chamada “Primavera Árabe” de 2011. O General Al-Burhan é próximo do General Al-Sisi, e fontes da região enxergam nessa relação uma tentativa de replicar no Sudão o “modelo egípcio”.

A aproximação entre o Egito e o Sudão terá impactos no tabuleiro regional: desde 2019, as relações entre o Egito

e a Etiópia experimentam um alto grau de tensão devido à controvérsia suscitada pela decisão etíope de prosseguir com a construção da Grande Represa do Renascimento Etíope, no Rio Nilo. Se a contenda esfriou em 2020 e 2021 devido às crises domésticas de Adis Abeba, nada impede que o tema volte à tona. Nesse contexto, o Sudão,

como país vizinho da Etiópia e com um extenso histórico de patrocínio a grupos armados separatistas no país ao sul, torna-se um importante ativo para o Egito e um fator de risco considerável para a Etiópia, já envolvida no custoso conflito no Tigray.



DOI 10.21544/2446-7014.n155.p08-09.

EUROPA

O acesso de Londres ao Acordo Transpacífico como parte de sua estratégia política

Guilherme Carvalho

O ano de 2021, marcado pelo *Brexit*, foi também representado por uma intensa aproximação britânica da região Indo-Pacífica, refletindo não só questões de segurança internacional, diplomacia e defesa, mas também comerciais. Nesse mesmo ano, o governo britânico notificou o Acordo Global e Progressivo para a Parceria Transpacífico (CPTPP, em inglês) da sua intenção de aderir ao Tratado, firmado em 2018. Assim, o que representa o acesso de Londres ao Acordo?

Sendo um acordo de livre-comércio entre 11 países, tais como Austrália, Chile, Japão e Nova Zelândia, seus membros constituem 13% do PIB mundial, 15% do comércio global, com população de 500 milhões de pessoas localizada na crescente e cada vez mais rica região da Ásia-Pacífico. Esperava-se que os impactos fossem significativos, porém ganhos a curto prazo para empresas e famílias britânicas serão marginais. Isso porque o Reino Unido tinha acordos com a maioria dessas nações como parte da sua adesão à União Europeia, os quais foram reconduzidos. As melhores estimativas do governo indicam que os ganhos deverão ser de cerca de 0,1% do PIB. No total, o CPTPP representou 8% das

exportações do Reino Unido em 2021 – número menor que as exportações britânicas à Alemanha, por exemplo.

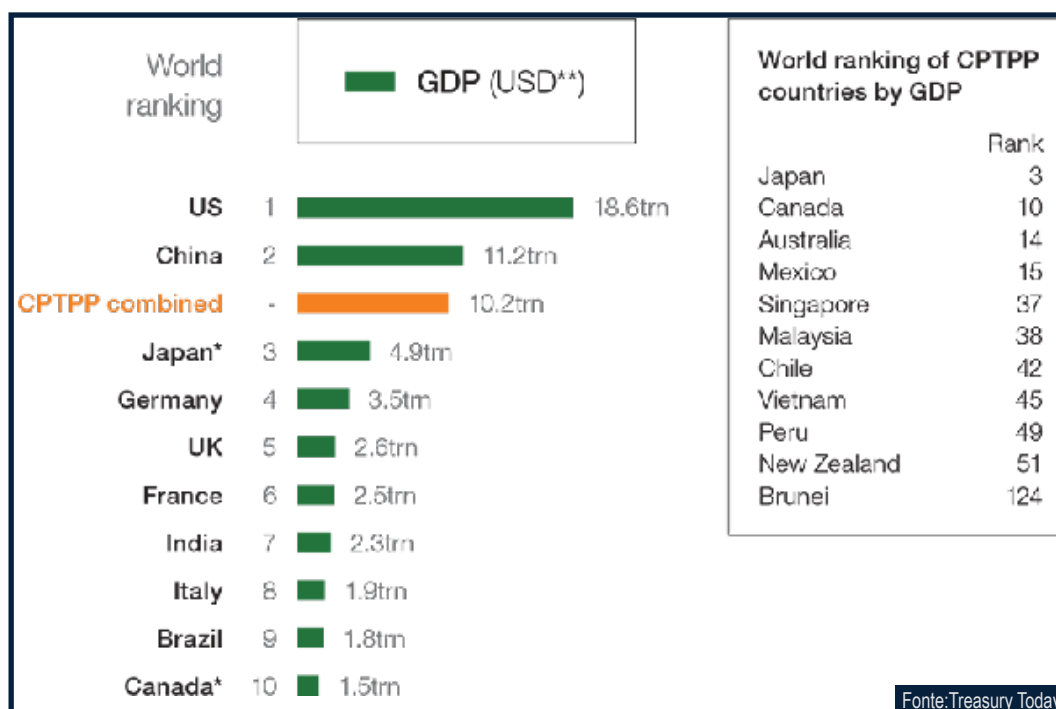
Ainda que China, Coreia do Sul e Estados Unidos tenham sinalizado a possibilidade de aderir em algum momento, é incerta quão alta é a probabilidade de qualquer uma dessas adesões. Claramente, isso consistiria numa diferença substancial, pois forneceria maior acesso britânico a esses mercados. Em verdade, a adesão britânica traria benefícios econômicos a longo prazo se o CPTPP vier a se expandir, particularmente ao moldar futuros regimes comerciais e acelerar mudanças direcionadas a uma economia digital. Isso porque o Acordo, de alto nível, não só reduz as tarifas comerciais de mercadorias, mas estabelece novas regras em áreas como serviços, investimento, propriedade intelectual, comércio digital e empresas estatais.

Por outro lado, a agenda *Global Britain*, que originou o interesse no ingresso ao Tratado, procura reequilibrar a política externa do Reino Unido e buscar oportunidades comerciais independentes pós-*Brexit*. Londres acredita que o CPTPP abordará algumas dessas preocupações, ao mesmo tempo em que oferecerá benefícios econômicos

e políticos na interação com a região do mundo com as economias que mais crescem nas últimas décadas.

Dessa maneira, a adesão ao CPTPP representa na verdade uma movimentação majoritariamente de cunho

político, focada na reestruturação da política externa, mais direcionada à Ásia-Pacífico, após a maior mudança política britânica dos últimos 60 anos.



DOI 10.21544/2446-7014.n155.p09-10.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos e a perda da importância relativa do petróleo

Isadora Novaes Bohrer

O Golfo Pérsico é a região que concentra a maior produção de petróleo do planeta, o que o torna o principal produto da balança comercial de países como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (EAU). O hidrocarboneto chega a compor, respectivamente, 70% e 38% das bases exportadoras desses países e representa grande parte de suas receitas atuais. Entretanto, o *boom* do petróleo no século XX não deve se repetir no restante do século XXI, tendo em vista a readaptação das matrizes energéticas a alternativas mais sustentáveis. A partir disso, como dois dos principais produtores de petróleo do mundo se preparam para a reestruturação de sua economia e geração de energia com a perda de importância relativa desta fonte?

Nos últimos 30 anos, as políticas de geração de energia renovável aumentaram consideravelmente – principalmente em países como China e Estados Unidos –, ao passo que o preço do barril apresentou instabilidade gerada com as crises econômicas e a introdução de alternativas ao petróleo - ainda que esse continue sendo a principal fonte de energia utilizada atualmente. Tanto a Arábia Saudita quanto os EAU foram capazes de antecipar políticas energéticas futuras ao definir como prioridade o acompanhamento de dados e estudos de prospecção energética. Ademais, a pandemia de COVID-19 explicitou

o impacto da diminuição de demanda de petróleo caso grande parte da sociedade mundial adotasse um modelo híbrido ou trabalhasse integralmente de casa.

Os sauditas decidiram focar na expansão da produção de hidrogênio e, em 2020, assinaram um projeto bilionário que pretende criar a maior planta de hidrogênio verde no mundo, que utiliza um processo químico para separar os componentes da água (H₂O), não emitindo CO₂ na atmosfera. Isso teria o potencial de os tornar autossuficientes em energia no longo prazo, dispensando a necessidade do petróleo, além de poder exportar o novo produto. Já os EAU têm investido em plantas solares e usinas nucleares, postura alinhada com a Estratégia Nacional para 2050, que promete zerar suas emissões de CO₂, e pela *Expo-Dubai* (2020).

Ambos os países compreendem os desafios que possuem para reconfigurar suas economias, principalmente ao desmonte (ainda que parcial) de sua principal indústria. Porém, estão cientes que a realidade futura implica na transformação energética estrutural caso pretendam permanecer na vanguarda da exportação de fontes energéticas, além de apresentar ao mundo capacidade tecnológica e organização estatal para alcançar seus objetivos.

DOI 10.21544/2446-7014.n155.p10.

Bulgária e Romênia: provedores da segurança do Mar Negro?

Luiza Guitarrari

As atuais tensões no Mar Negro têm sido uma das principais adversidades no flanco oriental da OTAN. A região, embora demonstre alto potencial estratégico e econômico, esteve por muitos anos fora da prioridade da organização transatlântica. Enquanto a Aliança centrava suas ações no Mar Báltico, a Rússia vislumbrava o Mar Negro enquanto zona de projeção estratégica em áreas de interesse, como África, Mediterrâneo e Oriente Médio. Desse modo, a crescente militarização russa, aliada a suas ações assimétricas, busca desestabilizar a região, impedindo países costeiros de atuarem como provedores de segurança regional. Assim, enquanto Estados-membros da OTAN e da União Europeia (UE), como Bulgária e Romênia poderão atuar no Mar Negro?

Ex-membros do Pacto de Varsóvia (1955-1991), os Estados possuem uma posição geoestratégica capaz de exercer influência junto aos interesses euro-atlânticos. No entanto, desde o fim da Guerra Fria (1947-1991), atravessam problemas estruturais quanto à modernização de suas Forças Armadas e equipamentos militares, em sua maioria obsoletos, como é o caso do submarino búlgaro *Fame* e dos caças soviéticos *MIG-29*. Por outro lado, seus governos têm buscado maior atuação na região por meio da cooperação militar e diplomática. O Centro de Coordenação Marítima da OTAN na cidade de

Varna, na Bulgária, é um exemplo de articulação entre a Marinha búlgara e Aliados. Se insere nesse mesmo contexto o esforço romeno, durante sua presidência da UE (2019), em criar uma Agenda Marítima comum para o Mar Negro.

Ademais, sendo fronteira à Ucrânia, a Romênia tem sido ávida defensora do apoio militar da OTAN no Mar Negro. Diante disso, no início de fevereiro, o governo Joe Biden anunciou o envio de tropas estadunidenses para a Europa Oriental, dos quais 1.000 militares do esquadrão *Stryker*, creditados na Alemanha, serão designados para território romeno. A decisão ocorre próxima à reunião de Ministros da Defesa da OTAN, entre 16 e 17 deste mês, que, dentre diversas pautas, irão discutir o deslocamento de novas embarcações e tropas para a região.

Portanto, ainda que as capacidades militares búlgaras e romenas sejam significativamente inferiores às russas, o envolvimento desses países com a OTAN pode contribuir para a dissuasão e defesa da região. Somado a isso, a Aliança pode desenvolver uma estratégia de negação do uso do mar capaz de limitar a liberdade de navegação russa no Mar Negro. Por fim, tanto Bulgária quanto Romênia devem convencer seus aliados a aumentar a realização de patrulhas marítimas e de exercícios navais conjuntos na região.



DOI 10.21544/2446-7014.n155.p11.

2022 e a volta dos mísseis norte-coreanos

Guilherme Carneiro

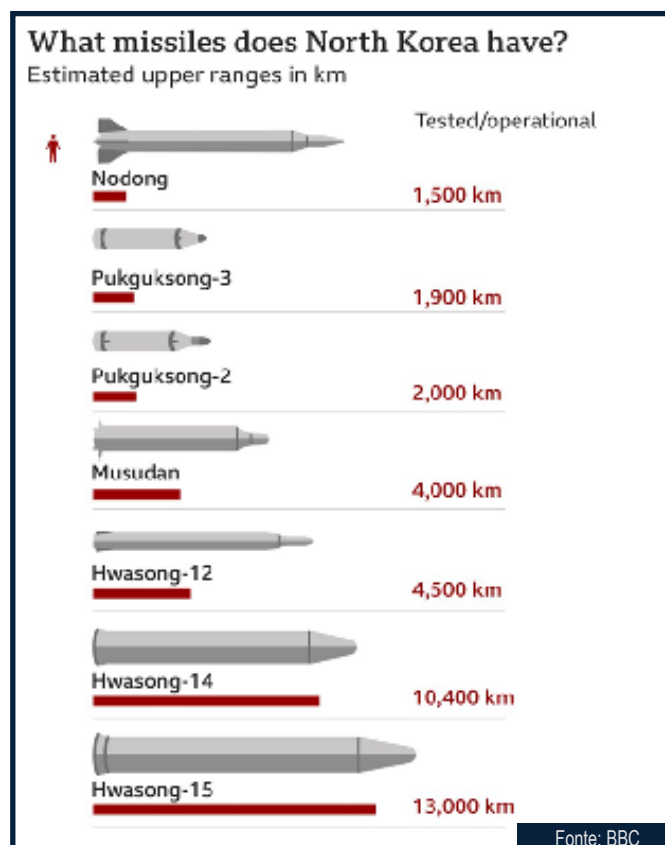
A Coreia do Norte iniciou o ano de 2022 retomando seu programa de mísseis com capacidade total. O país realizou, na última semana, o lançamento de um de seus mísseis balísticos de alcance intermediário, o *Hwasong-12*, totalizando sete testes só no mês de janeiro – sendo alguns com capacidade hipersônica. Segundo especialistas, o míssil capaz de atingir o território estadunidense de Guam foi o mais poderoso que a Coreia do Norte testou desde 2017, quando estava em uma corrida armamentista para adquirir ataques nucleares. Em vista disso, o que explica a retomada dos programas de mísseis da Coreia do Norte?

Pyongyang anunciou que o míssil, que atinge uma distância de 4.500 km, foi lançado em direção às águas da sua costa leste, a um ângulo que prevenisse o sobrevoo a outros países. Em seguida, a Agência Central de Notícias Coreana assegurou que o propósito do teste foi verificar a precisão do *Hwasong-12*, implementado no arsenal militar. Entretanto, outros motivos levam a acreditar que este último teste faz parte de uma estratégia de demonstração de força que a Coreia do Norte está empregando para se manter como um ator de grande importância dentro do cenário regional e internacional, ao invés de uma simples averiguação de seu funcionamento

armamentista.

Essa série de exibições de poder – e uma possível ameaça ao território estadunidense na Micronésia – é plausível de ser entendida como uma medida norte-coreana para tentar aliviar as sanções internacionais impostas no país, principalmente por Washington, devido ao programa de mísseis, e que agrava a crise econômica e alimentar. Outros motivos a serem apontados são as mudanças atuais nos países vizinhos. A Marinha sul-coreana ganhou muito espaço no Leste e Sudeste Asiático devido ao seu constante desenvolvimento de tecnologia naval, que já possui capacidade de contrapor mísseis balísticos. Da mesma maneira, a nação nipônica está apresentando uma postura militar mais assertiva em relação à instabilidade da região.

Portanto, a retomada dos testes do programa de mísseis tem a função de sinalizar que a Coreia do Norte é um país que busca reconhecimento internacional, acima de tudo, por sua capacidade bélica e nuclear. Enquanto as sanções não forem flexibilizadas, é provável que os lançamentos a nível de teste permaneçam e o país incrementa seu arsenal militar com tecnologias balísticas e nucleares ainda mais potentes, o que acarretará em uma maior instabilidade da península coreana.



DOI 10.21544/2446-7014.n155.p12.

Perspectivas para o novo orçamento de defesa indiano

Rebeca Leite

Em 01 de fevereiro de 2022, foi apresentado o orçamento indiano para 2022-23. Dentre os diversos setores, nota-se a prioridade dada à indústria de defesa e ao setor de segurança. O orçamento de Defesa para o novo ano fiscal foi estipulado em aproximadamente US\$ 70.2 bilhões. A busca pela autossuficiência explica o foco e a alocação de recursos em constante crescimento, que concentra entre 10% e 13% dos recursos nos últimos anos.

Embora em crescimento, o aumento real pouco acompanha a inflação e a demanda das Forças Armadas e, por isso, a atenção governo consiste em reduzir a dependência de equipamentos importados e fomentar a fabricação interna. Nesse sentido, o acordo com as Filipinas para vender o sistema de mísseis de cruzeiro *BrahMos*, pode ser considerado um forte impulso para a base industrial de defesa.

O contexto de segurança em que a Índia está inserida é um fator que também deve ser considerado. A disputa fronteiriça com a China, que há dois anos se intensifica, se tornou um impasse, uma vez que as negociações diplomáticas estão gerando poucos resultados. Isto

significa que a força militar deverá ser mais precisa e atuante, para garantir que o Exército de Libertação Popular da China não se expanda no norte da Índia. Cabe mencionar que a Marinha terá um aumento de 43% no seu orçamento, o que mais uma vez demonstra o esforço indiano em garantir a segurança no Oceano Índico.

Além disso, tendo em vista que o Talibã retomou o poder no Afeganistão, espera-se que os grupos terroristas outrora baseados ali aumentem suas incursões. Ao considerarmos o apoio do Paquistão às reivindicações destes militantes, sobretudo na Caxemira, o alerta se intensifica. Esta conjuntura geopolítica torna imperativo que a Índia faça um bom planejamento de seus recursos para os setores de segurança e defesa.

Portanto, ao observar os chineses cada vez mais assertivos na terra e no mar, e uma possível retomada da aliança afegã-paquistanesa, o ambiente de segurança indiano tornou-se ainda mais complexo. Um orçamento baseado em autossuficiência e segurança demonstra a intenção da Índia em superar suas ameaças financeiras e geopolíticas.



DOI 10.21544/2446-7014.n155.p13.

Gabriela Santos

Em janeiro de 2022, o Paquistão revelou sua primeira Política de Segurança Nacional (PSN), articulando seus interesses e objetivos de segurança até 2026. Esta é a primeira vez que o país apresenta resoluções concretas quanto às suas provisões de segurança, representando um marco histórico nesse setor. O documento enfatiza que a segurança do Paquistão reside primariamente na segurança de seus cidadãos, e coloca a economia no centro de sua política. Dito isso, o quanto essa nova política pode significar uma verdadeira mudança de paradigma nas operações estratégicas do Paquistão?

A PSN descreve os principais riscos à soberania paquistanesa e aponta maneiras de garantir a segurança do Estado e sua população. Dentre os interesses vitais para a segurança do país, destacam-se resoluções pacíficas de conflitos e desenvolvimento das capacidades militares. Contudo, ressalta-se que o documento coloca no centro do debate a ideia de segurança econômica, ou, como posto no texto, geoeconomia. Trata-se aqui de um paradigma diferente da abordagem geoestratégica, e que reconhece o crescimento econômico como elemento-chave para a expansão dos recursos nacionais que, em troca, asseguram os recursos para a segurança tradicional militar.

A perspectiva de transferir ganhos de uma economia forte para a segurança da nação é prudente, visto que

sem recursos econômicos o país carece de instrumentos que garantam sua defesa. No entanto, dar prioridade à estratégia geoeconômica pode não ser a escolha mais adequada frente às dinâmicas políticas regionais. Historicamente, além dos frequentes embates internos com grupos insurgentes, o país protagonizou diversos confrontos diplomáticos e guerras com seus vizinhos. Já no cenário atual, recentes desacordos com o Talibã na fronteira com o Afeganistão, tensões com o grupo terrorista *Tehreek-e-Taliban Pakistan* e a contínua má relação com a Índia evidenciam o quanto o entorno regional permanece propenso a tensões e dinâmicas de segurança que requerem uma abordagem tradicional. A geoeconomia, aqui, é limitada em sua capacidade de lidar com esses conflitos.

Por fim, o desenvolvimento econômico paquistanês é um importante pilar para sua integridade, dado que a estabilidade econômica é favorável à segurança do país. Entretanto, há questões estruturais que o Paquistão ainda precisa resolver antes de conseguir guiar suas estratégias operacionais de defesa a partir de uma visão geoeconômica. Assim, é provável que a geoeconomia não caracterize, na prática, um brusco deslocamento de foco nas operações estratégicas do país, mas venha a servir como um instrumento de apoio ao seu jogo geoestratégico.

DOI 10.21544/2446-7014.n155.p14.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Um ano do golpe em Mianmar: a saída de petrolíferas estrangeiras

Thayná Fernandes

Em primeiro de fevereiro, o golpe militar em Mianmar completou um ano. A situação do país tem se agravado drasticamente e as frágeis ações internacionais não são suficientes para que os militares renunciem ao poder. Nesta situação de crescente insegurança, recentemente, as empresas de energia *Chevron* (EUA), *Total* (França) e *Woodside* (Austrália) anunciaram sua saída do país e o abandono dos projetos de exploração de gás. Considerando os já diversos desafios, como a retirada dessas empresas influencia no atual cenário de Mianmar?

Em conjunto com a estatal birmanesa MOGE e a tailandesa PTTEP, a *Chevron* e a *Total* exploram os campos de Yadana no Mar de Andamão, mas encerrarão suas atividades com a justificativa de que o governo militar estaria violando os Direitos Humanos. Tendo-se em vista que a presença das companhias data da década de 1990, também num contexto de golpe militar, o discurso humanitário é um tanto controverso. Além disso, diversas

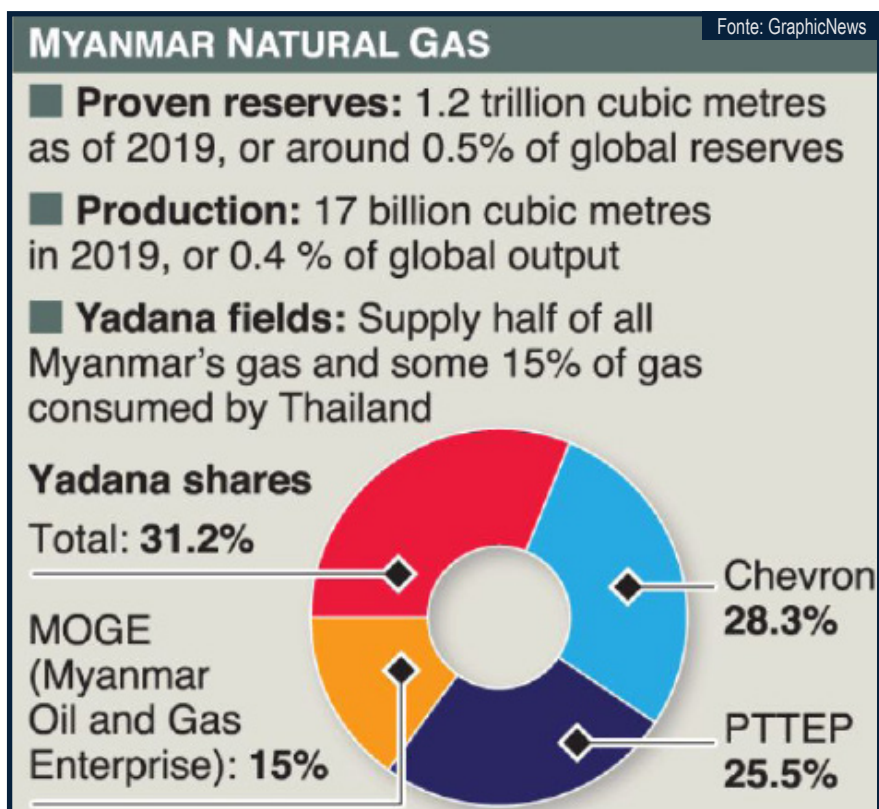
denúncias apontam que, ademais do *Tatmadaw* (Forças Armadas birmanesas) ter forte presença nas regiões nas quais estavam sendo construídos os gasodutos e expulsar as populações étnicas locais, a *Total Energies* foi acusada de ser cúmplice em crimes de tortura, trabalho forçado e sequestro de trabalhadores. Assim, a pressão internacional pela retirada das empresas é a melhor justificativa.

Estima-se que o lucro do setor energético para Mianmar seja de US\$ 1 bilhão. Boa parte desse valor, senão todo, é direcionado aos militares. A saída das companhias, apesar de transmitir o não-reconhecimento da junta militar, na prática, significa que a receita das estatais birmanesa e tailandesa aumentará, já que ficarão com as participações dos estrangeiros. A expectativa internacional é pressionar a PTTEP para que não cumpra os pagamentos (em gás ou financeiros) dos atuais acordos contratuais, fazendo sanções. Esse é um ponto bastante delicado, pois a Tailândia é hoje a principal porta de ajuda humanitária para Mianmar e o principal destino de >>>

refugiados da região. Prejudicar a economia birmanesa é possibilitar um ainda maior fluxo de imigrantes das mais diversas etnias.

O fato dessas empresas se retirarem complica o conturbado cenário do país, pois permitiria maiores recursos aos militares que os utilizariam na compra

de armamentos e realização de operações ainda mais violentas contra a população. Com mais de 1.500 mortos, cerca de 9.000 presos e Aung San Suu Kyi sentenciada a mais de 150 anos de prisão; sem ações internacionais coordenadas e firmes, a situação em Mianmar tende a se agravar.



DOI 10.21544/2446-7014.n155.p14-15.

Obras na base naval cambojana avançam e relações com ASEAN se dificultam

Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira

Na metade de janeiro, duas dragas foram avistadas nas proximidades da Base Naval Ream, no Camboja. Segundo o *Asia Maritime Transparency Initiative*, imagens de satélite apresentavam o avanço das obras no porto que esteve em pauta na mídia internacional em 2019 ([Boletim 99](#)), após suspeita de que a China estaria fechando um acordo para reformar o porto em troca de utilizar suas instalações com seus navios. O Ministro da Defesa cambojano, Tea Bah, já não esconde a parceria com os chineses (embora negue o uso para fins militares de Pequim), e afirmou em janeiro que as obras marcam o alcance de maior capacidade operacional da base naval e da Marinha. A dragagem expandirá a capacidade do porto, que em função de suas águas rasas é utilizada por embarcações de menor porte, como navios patrulhas. O fato reacende preocupações geopolíticas e diplomáticas com os países membros da ASEAN.

O uso do Camboja para abrigar navios militares proporcionaria à Pequim um segundo *front* de atuação na área do Mar do Sul da China (MSC), onde disputa

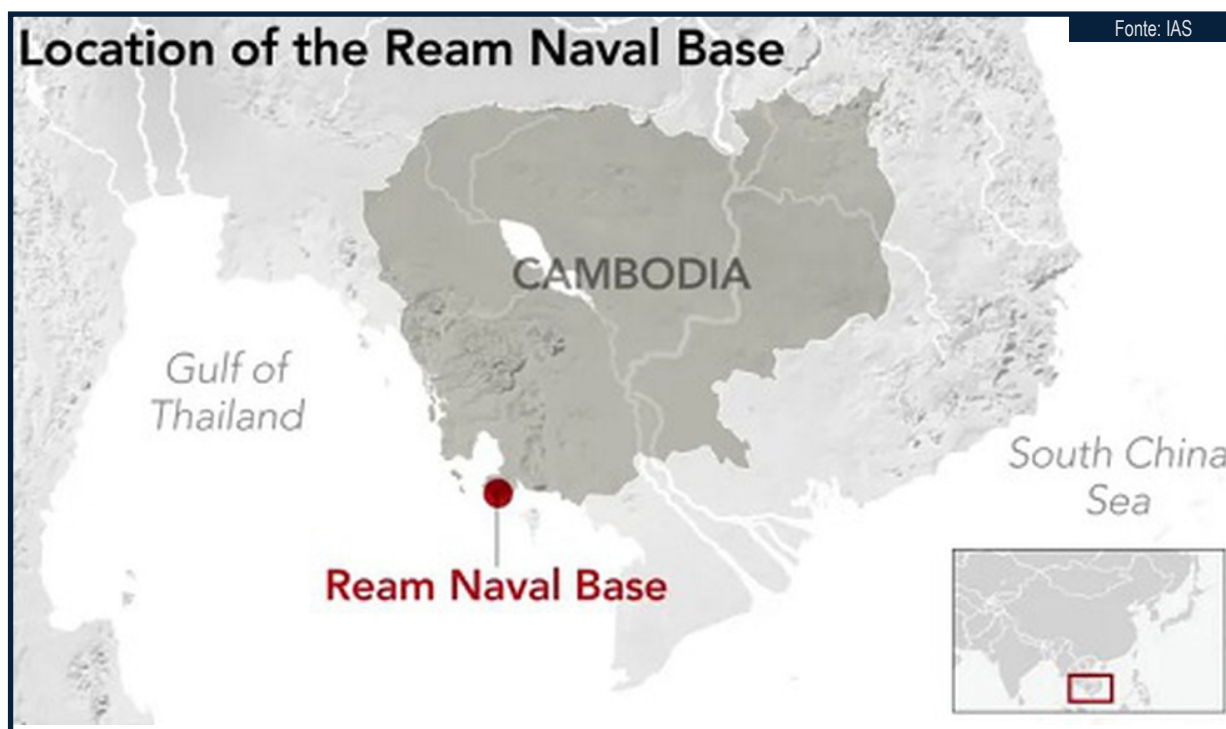
territórios marítimos com Brunei, Filipinas, Malásia e Vietnã. Embora não reivindique nenhuma área do MSC, a Indonésia também poderia sofrer com um aumento da presença chinesa nas Ilhas Natuna. Além disso, o uso da Base Naval Ream auxiliaria a projeção chinesa sobre o estreito de Malaca, onde passam a maior parte dos recursos e produtos recebidos e enviados por Pequim; o Golfo da Tailândia também poderia se tornar um novo objetivo, em função de seus recursos naturais em solo submarino.

O Camboja atualmente é visto com cautela no meio diplomático, sobretudo pelos membros da ASEAN, após este se opor a criticar incursões agressivas no MSC nas declarações da organização em 2012 e 2016. A percepção e receio de alguns países, especialmente os envolvidos na disputa, é de que o Camboja possa evitar a pauta do código de conduta para o MSC neste ano, em que assume a presidência rotativa da ASEAN.

Em contrapartida, há quem observe uma oportunidade, já que o Camboja se declara neutro na disputa pelo MSC e possui relações próximas com a China, poderia assumir »

um papel necessário de mediador para as negociações e lapidação do código. Caso o Camboja abrace essa oportunidade, poderá buscar melhorar sua situação

diplomática enquanto encaminha as negociações para estabilidade da região, cumprindo assim o seu *slogan* como cadeira da ASEAN em 2022: "União".



DOI 10.21544/2446-7014.n155.p15-16.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Os 40 anos do PROANTAR e sua importância para a construção do Brasil como um país polar

Gabriela Paulucci da Hora Viana

A presença brasileira na Antártica é especialmente fundamentada na produção científica e na preservação do meio ambiente. Ainda que o marco do programa seja a construção da base Comandante Ferraz em 1984, as políticas polares nacionais vêm sendo reestruturadas, ao passo que há, igualmente, um maior movimento de investimento de outras potências no território. Nesse sentido, algumas mudanças significativas na postura estratégica polar nacional surgiram para pleitear uma continuidade da presença brasileira e, ao mesmo tempo, solenizar os 40 anos do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Como o PROANTAR se insere na política externa brasileira com relação ao continente antártico?

Pleiteada em 2021, a proposta de atualização do texto da Política Antártica (POLANTAR), juntamente com a instituição do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA), no mesmo ano, demonstram a busca crescente por recursos e subsídios técnicos para a atuação de um sólido Programa Antártico Brasileiro. É notável que o caminho trilhado nos quarenta anos da presença oficial brasileira no sexto continente tenha sido proveitoso. Ainda que o país tenha aderido ao Tratado Antártico anos após sua assinatura, já havia precursores

de um pensamento antártico consistente, como a "Teoria da Defrontação", desenvolvida pela professora Therezinha de Castro, em 1956. Embora a presença nacional fosse considerada, de certa forma, tardia, esta ocorreu com dois navios (Barão de *Teffé* e Prof. *Besnard*) e um esforço de participação interinstitucional relevante. Estes precedentes de investimentos e pesquisas consolidaram e moldaram os pilares do que hoje são os arranjos estratégicos de um pensamento polar.

Há outro ponto importante para a necessidade de fortificação da presença brasileira na Antártica: a corrida geopolítica no Ártico. Essa conjuntura ilustra a crescente cobiça pelas regiões polares que, no caso antártico, foi desacelerada pela força do Tratado Antártico. Com a possibilidade de revisão do Tratado, prevista para 2048, é crucial que os Estados tenham fortalecido sua presença no continente para garantir seus interesses. Cabe ressaltar que, para o Brasil, os 40 anos do PROANTAR foram marcados pela evolução de um pensamento estratégico voltado para a produção de novas pesquisas e ações, resultando numa diplomacia científica proveitosa. Portanto, o PROANTAR ilustra a busca por ganhos estratégicos brasileiros no continente antártico.

DOI 10.21544/2446-7014.n155.p16.

- ▶ [AUKUS: Strategic drivers and geopolitical implications](#)
COUNCIL ON GEOSTRATEGY, James Rogers
- ▶ [Eve of a foreign policy revolution](#)
CHATHAM HOUSE, Marissa Conway
- ▶ [Lessons from the Houthi Missile Attacks on the UAE](#)
RUSI, Sidharth Kaushal
- ▶ [Putin's aim is unchanged: to destroy the Ukrainian state, or turn it into a failed one](#)
THE NEW STATESMAN, Bruno Mações
- ▶ [Will Turkey Help Washington If Russia Invades Ukraine?](#)
THE WASHINGTON INSTITUTE, Soner Cagaptay

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Raphaella Costa

FEVEREIRO

<p>10-20</p>  <p>RÚSSIA E BELARUS EXERCÍCIO ALLIED RESOLVE</p>	<p>14</p>  <p>IPCC INÍCIO DA 55ª SESSÃO DO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS</p>	<p>14-15</p>  <p>RÚSSIA E UCRÂNIA VISITA DO CHANCELER ALEMÃO À KIEV E MOSCOU</p>	<p>14-17</p>  <p>RÚSSIA VISITA DO PRESIDENTE DO BRASIL À RÚSSIA</p>
<p>16-17</p>  <p>BÉLGICA REUNIÃO DE MINISTROS DA DEFESA DA OTAN</p>	<p>20</p>  <p>MEDITERRÂNEO INÍCIO DO EXERCÍCIO DYNAMIC MANTA 22 DA OTAN</p>	<p>20</p>  <p>CHINA FIM DAS OLIMPIADAS DE INVERNO</p>	<p>21</p>  <p>NORUEGA INÍCIO DO EXERCÍCIO DYNAMIC GUARD 22 DA OTAN</p>

REFERÊNCIAS

- **Vazamento de petróleo no litoral peruano deflagra crise ambiental**
QUINTANA, J.; SUAREZ, K.; REBAZA, C. [Oil executives barred from leaving Peru after massive spill causes 'ecological disaster'](#). **CNN**, Lima, 28 jan. 2022. Acesso em: 02 fev. 2022.
[Justiça proíbe saída do Peru de quatro diretores da Repsol por vazamento de petróleo. Isto É Dinheiro](#), Rio de Janeiro, 28 jan. 2022. Acesso em: 02 fev. 2022
- **Os desafios da exploração de petróleo no Golfo do México**
VOLCOVICI, V.; GROOM, N. [U.S. judge annuls Gulf of Mexico oil auction over climate impact](#). **Reuters**, Washington, 28 jan. 2022. Acesso em: 02 fev. 2022.
[Piratas roban a Pemex un millón de pesos en equipo de plataforma](#). **Oil and Gas Magazine**, Tulsa, 10 jan. 2022. Acesso em: 02 fev. 2022.
- **Segurança cibernética em estruturas críticas nos Estados Unidos**
LYNGAAS, S. [How the Biden administration plans to protect water systems from hackers](#). **CNN**, [s.l.], 27 jan. 2022. Acesso em: 30 jan. 2022.
ESTADOS UNIDOS. **The White House**. [Fact Sheet: Biden-Harris Administration Expands Public-Private Cybersecurity Partnership to Water Sector](#), Washington, 27 jan. 2022. Acesso em: 30 jan. 2022.
- **Sudão: a atração do “modelo egípcio” e suas implicações regionais**
[Al-Burhan Discreetly Went to Egypt on Eve of Coup: WSJ](#). **Al Mayadeen**, Beirut, 3 nov. 2021. Acesso em: 22 jan. 2022.
[Sudan coup: Prime Minister Abdalla Hamdok resigns after mass protests](#). **BBC**, Londres, 3 jan. 2022. Acesso em: 22 jan. 2022.
- **O acesso de Londres ao Acordo Transpacífico como parte de sua estratégia política**
BREEN, J. [Prospects for the United Kingdom's CPTPP accession](#). **East Asia Forum**, Dublin, 1 fev. 2022. Acesso em 22 jan. 2022.
WHALE, S.; ARNETT, G. [How Brexit and the pandemic changed UK trade in 4 charts](#). **Político**, Londres, 10 jan. 2022. Acesso em 22 jan. 2022.
- **Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos e a perda da importância relativa do petróleo**
COCHRANE, P. [Green hydrogen: The Gulf's next big fuel - or a load of hot air?](#). **Middle East Eye**, Londres, 8 jun. 2021. Acesso em 22 jan. 2022.
SADASIVAM, N. ['Obsessed with optics': The paradoxes of the UAE's plan to get to net zero](#). **Grist**, Seattle, 03 fev. 2022. Acesso em: 05 fev. 2022
- **Bulgária e Romênia: provedores da segurança do Mar Negro?**
GALEOTTI, M.; LANOSZKA, A.; ROGERS, J. [The Black Sea region: Beyond NATO](#). **Council On Geostrategy**, Londres, 25 nov. 2021. Acesso em 22 jan. 2022.
CHILD, D.; URAS, U. [Latest Ukraine updates: US to deploy troops to Eastern Europe](#). **Al Jazeera**, Doha, 2 fev. 2022. Acesso em 22 jan. 2022.
- **2022 e a volta dos mísseis norte-coreanos**
KIM, H. [N.Korea confirms teste f missile capable of striking Guam](#). **Associated Press News**, Seul, 31 jan. 2022. Acesso em 01 fev. 2022.
[R.](#)
HAN, S. [North Korea missile tests: Photos from space released](#). **British Broadcasting Corporation**. 31 jan. 2022. Acesso em 01 fev. 2022.
- **Perspectivas para o novo orçamento de defesa indiano With IOR Focus. Navy Gets 43% Capital Outlay Hike, Army Modernisation Funds Dip 12.2%**. **News18**, Noida, 01 fev. 2022. Acesso em 01 fev. 2022.
SINGH, A. [Defence Budget 2022-23: A mixed bag](#). **Observer Researcher Foundation**, Nova Delhi, 03 fev. 2022. Acesso em 05 fev. 2022.
- **Paquistão e a primeira Política de Segurança Nacional: o que muda em sua perspectiva geopolítica?**
PAQUISTÃO. **Office Of The National Security Adviser**. [Pakistan's National Security Policy, 2022-2026](#), Islamabad, jan. 2022. Acesso em 01 fev. 2022.
JASPAL, Z. [Pakistan's national security policy prioritizing geo-economics](#). **Global Village Space**, Islamabad, 13 jan. 2022. Acesso em 01 fev. 2022.
- **Um ano do golpe em Myanmar: a saída de petrolíferas estrangeiras**
CAILLAUD, Romain. [Myanmar's New Political Economy Takes Shape](#). **Fulcrum**. Acesso em: 04 fev. 2022.
HORSEY, Richard. [One Year On from the Myanmar Coup](#). **CrisisGroup**. Acesso em: 04 fev. 2022.
- **Obras na base naval cambojana avançam e relações com ASEAN se dificultam**
HONRADA, G. [China digging Cambodia a deep-water naval base](#). **Asia Times**, Hong Kong, 24 jan. 2022. Acesso em: 02 fev. 2022.
[ASEAN splits as China ally Cambodia takes the chair](#). **Asia Times**, Hong Kong, 05 jan. 2022. Acesso em: 03 fev. 2022.
- **Os 40 anos do PROANTAR e sua importância para a construção do Brasil como um país polar**
BRASIL. **Governo do Brasil**. [Governo institui Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas](#), Brasília, 22 jan. 2021. Acesso em: 2 fev. 2021.
BRASIL. **Governo do Brasil**. [RESOLUÇÃO Nº 3, DE 18 DE MAIO DE 2021, Brasília](#), 18 maio 2021. Acesso em: 1 fev. 2021.

Os mapas iniciais (pág 04 e 05) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em

cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais. As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Isadora Novaes e Vitória França

► ALTO RISCO:

- AFGANISTÃO - Crise estrutural: [Aid agencies call for Afghan cash flows to be unblocked to relieve crisis | Financial Times](#). **Financial Times**, 06 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
- BURKINA FASO - Golpe de Estado: [4 fatos para entender a crise em Burkina Faso](#). **Médicos Sem Fronteiras**, 03 fev. 2022. Acesso em 07 fev. 2022.
- ETIÓPIA - Conflito entre governo e forças insurgentes: [ONU: 20 mil refugiados precisam de ajuda urgente no noroeste da Etiópia](#). **Estado de Minas**, 04 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
- HAITI - Crise estrutural: [Police on high alert in Haiti as political uncertainty looms, no president to swear in](#). **Miami Herald**, 06 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
- IÊMEN - Guerra civil e crise humanitária: [Yemen army seizes parts of Haradh city from Houthis](#). **Arab News**, 06 fev. 22. Acesso em: 07 fev. 2022.
- LÍBANO: Crise estrutural: [Living on the edge in Lebanon: the crisis you've probably never heard of](#). **Relief web**, 03 fev. 22. Acesso em: 07 fev. 2022.
- MIANMAR - Golpe militar: [Myanmar coup: A year of protest, reprisals and diplomatic inertia | Military News | Al Jazeera](#). **Aljazeera**, 01 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
- SUDÃO - Golpe de Estado: [Deadly clashes erupt in Sudan's Darfur region](#). **Aljazeera**, 06 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
- UCRÂNIA - Tensões transfronteiriças com Rússia: [Ministro da Ucrânia pede que as pessoas ignorem 'previsões apocalípticas'](#). **CNN Brasil**, 06 fev. 2022. Acesso em: 06 fev. 2022.
- VENEZUELA - Crise estrutural: [La oposición venezolana exigió más presiones para que el dictador Nicolás Maduro retome el diálogo](#). **Infobae**, 07 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2021.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS - Tensões com o bloco europeu: [Imagens de satélite mostram mobilização de tropas russas em Belarus](#). **CNN Brasil**, 07 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022

- GUINÉ - Golpe de Estado: [Contagious coups: what is fuelling military takeovers across west Africa?](#). **The Guardian**, 07 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - GUINÉ BISSAU(NOVO NO MAPA) - Tentativa de Golpe de Estado: [ECOWAS to Deploy Peacekeepers in Guinea-Bissau After Coup Bid](#). **The Defense Post**, 6 fev. 2022. Acesso em 7 fev. 2022.
 - LESTE EUROPEU - Instabilidade pela crise migratória com Belarus: [Polônia constrói nova barreira na fronteira com Belarus](#). **Estado de Minas**, 25 jan. 2022. Acesso em: 05 fev. 2022.
 - LÍBIA - Em cessar-fogo e tensão eleitoral: [Bogdanov reiterates Moscow's support for efforts to reach elections in Libya](#). **The Libya Observer**, 06 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - MALI - Instabilidade política: [Embaixador francês expulso do Mali](#). **RFI**, 31 jan. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - MOÇAMBIQUE - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Moçambique: Rebeldes matam três pessoas e roubam comida](#). **Portugal Digital**, 07 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - SÍRIA - Insegurança regional: [Syrian opposition groups make new bid to unite against al-Assad](#). **AlJazeera**, 05 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2021.
 - SOMÁLIA - Crise eleitoral e humanitária: [UK announces additional drought support to Somalia](#). **GOV. UK**, 06 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
- EM MONITORAMENTO:
- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [Líderes da Arménia e Azerbaijão em encontro virtual com Charles Michel e Macron](#). **Observador**, 04 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - COLÔMBIA - Crise estrutural: [Nuevo desencuentro entre Rusia y Colombia por Venezuela](#). **Associated Press**, 04 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - COREIA DO NORTE - Crise de mísseis: [Stalls on New North Korea Sanctions Amid Growing Nuclear Fears](#). **Voa News**, 06 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - GOLFO DA GUINÉ - Insegurança marítima conjuntural: [Gulf of Guinea antipiracy system takes shape](#). **Lloyd's List**, 07 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - IRÃ - Negociações do acordo Nuclear: [Negociações sobre programa nuclear do Irã recomeçam nesta terça](#). **Estado de Minas**, 07 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - MAR DO SUL DA CHINA - Exercícios navais e presença de potências extrarregionais: [Australia-China relations: US, allies 'acquiesced and allowed' China's South China Sea expansion, Australian minister says](#). **South China Morning Post**, 07 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - MÉXICO - Crise migratória: [Récord histórico: Gobierno de AMLO detuvo a más de 307 mil migrantes en 2021](#). **Animal Político**, 06 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - NICARÁGUA - Crise política: [Nicaragua court finds two opposition heads guilty of 'conspiracy'](#). **AlJazeera**, 04 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - TAIWAN - Embate China-EUA: [China backs Russia on Ukraine conflict with eye on Taiwan - Nikkei Asia](#). **Nikkei Asia**, 02 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.
 - TUNÍSIA - Instabilidade Interna: [Presidente da Tunísia anuncia dissolução de Supremo Conselho Judicial e aprofunda deriva autoritária](#). **O Globo**, 06 fev. 2022. Acesso em: 07 fev. 2022.